



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CAMPUS DOS MALÊS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

RÓ GILBERTO GOMES CÁ

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS, EM SÃO
FRANCISCO DO CONDE, DO ENSINO FUNDAMENTAL UM, 1º AO 5º ANO**

São Francisco do Conde

2017

RÓ GILBERTO GOMES CÁ

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS, EM SÃO FRANCISCO DO CONDE, DO ENSINO FUNDAMENTAL UM, 1º AO 5º ANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

São Francisco do Conde

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

C11r

Cá, Ró Gilberto Gomes.

Representações sociais dos negros nos livros didáticos, em São Francisco do Conde, no Ensino Fundamental Um, do 1º ao 5º ano / Ró Gilberto Gomes Cá. - 2017.

47 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

1. Ensino Fundamental. 2. Livro didático. 3. Negros. 4. Racismo.

BA/UF/BSCM

CDD 305.896

RÓ GILBERTO GOMES CÁ

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS, EM SÃO FRANCISCO DO CONDE, DO ENSINO FUNDAMENTAL UM, 1º AO 5º ANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 17/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Pedro Acosta Leyva – Orientador

Mestre e doutor pela PPG-EST (São Leopoldo-Brasil); pós-doutor pela UNISINOS (São Leopoldo-Brasil)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Marivaldo Cruz do Amaral – Examinador

Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Ivaldo Marciano da França Lima – Examinador

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho ao meu querido falecido pai Uba, a minha mãe razão das minhas lutas Constantina, aos meus irmãos de sangue Ezio e Micaela. Para o meu segundo pai Carlitos, a minha segunda mãe Suncar aos meus irmãos Carliny, Bebe, Aua, e Hilário. De maneira especial para Sara, Airam, Assan e Seco.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida e saúde e boa disposição que tem me emprestado ao longo desse tempo, a toda minha família, meu falecido pai, minha mãe, e os meus irmãos. Ao meu professor e orientador Pedro Acosta Leyva pela paciência, orientação e sinceridade. Aos meus amigos irmãos, Gilson, Valdo, Nemésio, Agostinho, Leonel, Duval, Mane, Luís, Aila, a minhas senhoras: Vânia, Vanita, Janica, Sandra, Kadija, Sara, Flaviana, Fabiana pelo suporte e apoio incondicional na realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho analisa as representações sociais dos negros nos livros didáticos do ensino fundamental um, do 1º ao 5º ano em São Francisco do Conde – BA. O município foi classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2010 como um dos municípios com a mais alta taxa de pessoas negras autodeclaradas no Brasil, desse modo torna-se importante investigar, diferenciar, e mostrar a presença do racismo, preconceito, discriminação e estereótipos nos conteúdos dos livros. Foram analisadas 20 unidades de LD e a realização de entrevistas com professores. Para análise dos conteúdos denominamos cinco categorias que são: desenho dos enunciados chamados das matérias, fotos/imagens/pinturas, personagens dos livros e matérias de apoio. Nestas categorias, totais de aparição dos negros foram setecentos e trinta e dois vezes, enquanto que dos brancos foram três mil e sessenta e sete vezes. Por isso é urgente que aconteça a transformação na produção dos conteúdos dos livros didáticos, para que todos possam se sentir representados condignamente.

Palavras-chave: Conteúdo. Livro. Negro. Produção.

ABSTRACT

This paper analyzes the social representations of blacks in elementary school textbooks, from the 1st to the 5th year in São Francisco do Conde - BA. The municipality was classified by the Brazilian Institute of Geography and Statistics in 2010 as one of the municipalities with the highest rate of self-declared black people in Brazil, so it is important to investigate, differentiate, and show the presence of racism, prejudice, Discrimination and stereotypes in the contents of books. Twenty LD units and interviews with teachers were analyzed. For analysis of the contents we call five categories that are: drawing of the so-called statements of the materials, photos / pictures / paintings, characters of the books and supporting material. In these categories, blacks' total appearances were seven hundred and thirty-two times, while whites were three thousand, sixty-seven times. That is why it is urgent that the transformation take place in the production of the contents of textbooks so that everyone can feel represented in a dignified way.

Keywords: Black. Book. Content. Production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Crianças organizadas.....	23
Figura 2	Ambiente escolar.....	24
Figura 3	Histórias que você conhece.....	25
Figura 4	Vulcões mais incríveis do mundo.....	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quadro de representações dos livros didáticos do primeiro ano, 1°-4° vol.....	20
Quadro 2	Quadro de representações dos livros didáticos do segundo ano, 1°-4° vol.....	20
Quadro 3	Quadro de representações dos livros didáticos do terceiro ano, 1°-4° vol.....	21
Quadro 4	Quadro de representações dos livros didáticos do quarto ano, 1°-4° vol.....	21
Quadro 5	Quadro de representações dos livros didáticos do quinto ano, 1°-4° vol.....	22
Quadro 6	Quadro final de representações dos livros didáticos do 1°-5° ano.....	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CME	Conselho Municipal de Educação
EF	Educação Fundamental
LD	Livro Didático
SFC	São Francisco do Conde
MEC	Ministério da Educação
PNLD	Plano Nacional dos Livros Didático
SEDUC	Secretaria de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TEM	Teatro Experimental do Negro
LBDN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.3	METODOLOGIA.....	17
1.4	HISTÓRIA E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	17
1.5	PROCESSO DE ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS EM SFC.....	18
1.6	ANALISE DE CONTEÚDOS DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO.....	19
2	SEGUNDO CAPÍTULO	27
2.1	CONCEITOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	27
2.2	UM OLHAR CRÍTICO, SOBRE REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	31
3	TERCEIRO CAPÍTULO	38
3.1	A LEI 10.639/2003 CONTRIBUIU NA TRANSFORMAÇÃO DOS CONTEÚDOS DIDÁTICOS?.....	38
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a representação social do negro nos Livros Didáticos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental um, do município de São Francisco do Conde no Estado da Bahia. O primeiro teórico a falar das representações sociais como representações coletivas foi o sociólogo Émile Durkheim que diferencia o pensamento social do individual. Durkheim faz uma distinção entre o estudo das representações individuais e o estudo das representações coletivas. Para ele o estudo das representações individuais seria do domínio da psicologia, e o estudo das representações coletivas ficaria a cargo da sociologia (FARR, 1995, p. 35 apud CRUSOÉ, 2004, p. 105-114).

É do conhecimento geral que o negro chegou ao Brasil na condição de escravo “na primeira metade do século XX a região Centro Ocidental da África exportou 1,5 milhão, tendo a triste marca de ser o maior fornecedor de cativos”. Estas pessoas escravizadas não continham nenhum tipo de direito básico sequer, ao não ser a obrigação de trabalho forçado sem nenhuma remuneração ou descanso. As mesmas foram vítimas de violências, discriminação, racismo e preconceito ao longo dos 500 anos de escravidão no Brasil.

Ate a publicação de "Casa Grande & Senzala" por Gilberto Freyre, em 1933, predominava no Brasil a tese de que o atraso brasileiro se devia ao mal da mestiçagem. Acreditava-se, inclusive, num branqueamento progressivo da população. Neste sentido, o projeto de imigração para o Brasil, desde a independência do país, em 1822, visava trazer apenas populações brancas. (STREIDER, 2001, p. 13).

A ideia da política do embranquecimento da população brasileira já vinha há muito tempo atrás, visto que podemos observar um número maior de representatividade da população branca nas medias, no poder legislativo, judiciário, executivo, e nas grandes empresas do país. É possível identificar este fato até nos livros didáticos. Em SFC os LD do EF do primeiro ao quinto ano não fogem desta realidade. Somando cinco categorias de análises (Desenho dos Enunciados, Fotos/Pinturas, Chamada das Matérias, Personagens dos Livros, e Materiais de Apoio) a aparição de figuras, personagens, fotos e pinturas brancas foram três vezes maiores do que a dos negros. No quadro final de representação os negros apareceram setecentos e trinta e dois vezes (732) enquanto que personagens brancas foram de três mil e sessenta e sete vezes (3067).

Estes livros são divididos por regimes bimestrais com disciplinas integradas e cada livro contém quatro volumes. Geralmente os livros didáticos são enviados pelo Governo

Federal, através do Ministério de Educação (MEC), no seu programa chamado, Plano Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) criado no ano de “1985 - Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)”.

No município os LD são escolhidos de formas “independentes” as empresas de produção dos LD vêm apresentar os seus LD a SEDUC que por sua vez promove seções de encontros com professores e coordenadores para analisarem os conteúdos dos LD apresentados pelas empresas que culmina na adoção do LD de uma das empresas. Ora o objetivo deste trabalho é identificar de que forma o negro é representado nos LD do EF um em SFC. Parece-me que este é o primeiro trabalho acadêmico a abordar este tema na cidade, por isso a relevância desta pesquisa consiste na medida em que a cidade tem um dos maiores números da população negra (autodeclarada) em todo o Brasil, não merecia os LD com estes conteúdos que não vem de acordo com a realidade da mesma. A prefeitura através da SEDUC devia enviar os técnicos, coordenadores, e professores para participarem ativamente na elaboração dos conteúdos dos LD com a maior representação dos negros e a inclusão dos folclores da cidade nos mesmos.

A metodologia usada neste trabalho consiste na concretização de pesquisas bibliográficas sobre o tema, a realização de pesquisa de campo (entrevistas) em três escolas do EF do município envolvendo um total de 03 diretoras, 10 professores, 01 bibliotecária, uma coordenadora, o presidente do Conselho Municipal da Educação e a Ex-secretária da Educação, foi analisada um total de 20 LD do primeiro ao quinto ano do EF.

Assim sendo esta pesquisa se divide em três capítulos: no primeiro capítulo item um, a contextualização, história e a localização do município, e a sua herança cultural. No item dois é retratado como é que ocorre o processo de escolha dos LD, análise dos conteúdos do mesmo, apresentação de cinco quadros de representação de negros e brancos nos LD e um quadro final com compilação dos dados dos quadros anteriores, e por fim no item quatro o conceito de representação social, e diferentes formas de representação.

Segundo capítulo: retrata a representação do negro nos LD numa perspectiva crítica que na maioria das vezes aparece muito pouco nos LD.

Terceiro capítulo: fala da contribuição da lei 10.639/2003 na transformação dos conteúdos do LD, com ênfase na trajetória do Movimento Negro Unificado (MNU) na luta e afirmação da cultura e a identidade negra na sociedade brasileira.

1.1 PROBLEMA

Os Livros didáticos são ferramentas essenciais no ensino e aprendizagem de crianças na idade escolar, a preocupação com os mesmos no “Brasil, se inicia com a Legislação do Livro Didático, criada em 1938 pelo Decreto-Lei 1006” (FRISON et al., 2009).

Por outro lado os LD “acompanhou o desenvolvimento do processo de escolarização do Brasil”. Uma vez que, o professor determinava o seu método e o que ensinar na sala de aula, mas com a “democratização do ensino e com as realidades que ela produziu os conteúdos escolares, assim como os princípios metodológicos passaram a serem veiculados pelos livros”, percebe-se que este instrumento de ensino ganhou a responsabilidade de determinar o que deve ser ensinado, e como ser ensinado.

É importante mencionar o avanço tecnológico, o surgimento da internet e de novas formas de pesquisas que possibilitam o acesso ao conhecimento de diversas áreas do saber que muitas das vezes não encontramos num LD. Porém “o livro didático continua sendo um instrumento pedagógico indispensável no processo de construção do conhecimento”, mas devemos prestar bastante atenção nos conteúdos que os mesmos apresentam, pois, muitas das vezes estes conteúdos não condizem com o lugar e a realidade onde estão sendo aplicados.

Farias e Ferreira (2011) afirmam que “a perspectiva eurocêntrica tem sido a marca dos livros didáticos” ou seja, os ensinamentos eurocêtricos se fazem muito presentes nos conteúdos dos LD em relação ao ensinamentos ameríndios, asiáticos e africanos. Desse modo, estes LD podem apresentar conteúdos ligados a racismo, discriminação, preconceito e estereótipo para com preceitos de outros povos, por isso é fundamental trazer questões como esta: como são representados os Negros nos livros didáticos, de SFC, do ensino fundamental 1º ao 5º ano?

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral: Mostrar como os livros didáticos do EF do 1º ao 5º ano têm representado os Negros em SFC.

Objetivos específicos: Investigar as representações sociais dos negros nos livros didáticos. Debater e diferenciar as representações sociais dos negros e dos brancos nos LD. Verificar a presença dos esteriótipos, racismo, preconceito e discriminação nos conteúdos dos livros.

1.3 METODOLOGIA

Passo número um: a metodologia desta pesquisa tem como base a Revisão bibliográfica.

Passo número dois: análise de 20 unidades dos livros didáticos de 1° ao 5° ano do EF em SFC.

Passo número três: realização de Entrevistas (áudio) com três diretoras, dez professores, uma bibliotecária, uma coordenadora, Presidente do Conselho Municipal da Educação, e a ex-secretária de Educação do município.

1.4 HISTÓRIA E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

No estado da Bahia a 67 km do capital salvador, situa-se na região metropolitana a cidade de São Francisco do Conde que “em 1618, por ordem do Conde de Linhares, foi construído no alto de um monte, no Recôncavo Baiano, um convento e uma igreja, onde, mais tarde, surgiria a cidade de São Francisco do Conde, em 1698”. Uma cidade que guarda uma grande parte do patrimônio do Brasil colonial, rica em sobrados, igrejas e engenhos. Cujo nome homenageia o conde Fernão Rodrigues que vinha a herdar o terreno do 3° Governador-geral do Brasil Mem de Sá.

Como é obvio nos tempos remotos a riqueza da cidade se baseava nas plantações de cana-de-açúcar, que contribuíram significativamente do desenvolvimento econômico da área, mas “hoje, a extração, o refino e o processamento de petróleo são as principais atividades econômicas da região”, com o clima do interior, e sua arquitetura barroca, os pescadores aproveitam do seu porto para a prática do pescado. Por outro lado, a cidade coloca à disposição dos seus cidadãos a orla marítima “urbanizada e moderna” para passeios, desporto, lazer, e de grandes festividades promovidas pela prefeitura local.

Podemos encontrar uma diversidade étnica no cotidiano dos são franciscanos, sem deixar de lado, a rica gastronomia deixada pelos “Tupinambás e os Caetés Negros” entre elas: o mingau de farinha de milho, a tapioca e o preparo do peixe assado na folha de bananeira. Outro fator existente na cidade é a grande manifestação cultural que conseguiram resistir desde a era colonial até a data presente, entre elas podemos encontrar “Bumba-meu-boi e a Nega Maluca. Também existem as produções culturais como o Lindroamor, Capabode, Mandus e os Meninos da Lama” deste modo, não podia deixar de lado a comemoração da

tradicional festa junina o São João que é acompanhado de danças populares, como o forró e a quadrilha (PREFEITURA..., 2017).

1.5 PROCESSO DE ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS EM SFC

Geralmente os livros didáticos são enviados pelo Governo Federal, através do Ministério de Educação (MEC), no seu programa chamado, Plano Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) criado no ano de “1985 - Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como”:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

Estes livros são submetidos aos professores e gestores que reúnem, e escolhem o que eles acharem melhor. Estas propostas são enviadas de novo pela SEDUC para o MEC que reenvia os livros escolhidos. Mas em SFC as empresas vêm apresentar as suas propostas para a SEDUC, que realiza seções de encontros com professores e coordenadores para analisarem os conteúdos dos LD apresentados pelas empresas que culmina na escolha dos LD de uma empresa e a proposta é encaminhada pela SEDUC. Às vezes são escolhidos os LD de mais de uma empresa a SEDUC faz o sorteio para escolha do material a ser adotado.

Atualmente a prefeitura do município trabalha diretamente com a Editora positivo, com sede em Curitiba, que atende mais de cinquenta municípios no estado da Bahia.

A produção dos conteúdos dos livros se limita na apresentação de uma proposta apresentada pela editora, e a SEDUC por sua vez avalia as mesmas e fazem “as possíveis adequações necessárias” motivos pela qual estes livros não coabitam com a realidade do município. Os professores são “obrigados” a trazerem outros conteúdos com o intuito de ampliar o conhecimento dos seus alunos, como o projeto de letramento, de intervenção, e com diferentes metodologias que não se resumem em livros, papéis cadernos e quadros, mas a construção dos objetos que venham a complementar o que os livros não trazem.

Nestes livros fazem presente mais as questões da zona sul, em relação às da zona nordestina, com personagens que não vem de acordo com a realidade do município, expondo mais as configurações brancas onde é possível observar os figurinos de crianças com olhos azuis, pele branca, cabelos loiros e os negros são apresentados num patamar menor, e nas condições desprezíveis, que “de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerado o município de maior população negra (maior que 90%) declarada no censo” (UNIVERSIDADE..., 2014).

1.6 ANÁLISE DE CONTEÚDOS DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO

É do conhecimento geral que os LD desempenham um papel muito importante no ensino e aprendizagem das crianças na idade escolar “tal qual é concebido e utilizado em nosso modelo de escolarização, é indiscutivelmente o instrumento pedagógico de uso fundamental em sala de aula”. Desse modo este importante instrumento do ensino “são alvo de discussões que abarcam sobre a sua qualidade e conseqüente eficiência e eficácia no processo de ensino e de aprendizagem” (BANDEIRA; STANGE; SANTOS, 2012, p. 2).

Ao utilizar livros didáticos como recurso didático em sala de aula é necessário conhecer previamente a abordagem e o método utilizados para trabalhar determinados conceitos. Por este motivo, é preciso analisar as características dos livros buscando conhecer sua estrutura e possibilidades de trabalho (ROSA; RIBAS; BARAZZUTTI, 2012, p. 2).

Dessa forma é necessário que tenhamos uma ideia prévia dos conteúdos dos LD que vamos usar em sala de aula. Por outro lado, os LD usados nesta pesquisa são livros utilizados em todas as escolas públicas do Ensino Fundamental um e dois do município. No ano de 2015 a Prefeitura de SFC adotou um novo sistema de ensino no que se refere ao uso dos LD para o EF um e dois, renovou o seu contrato com a Editora POSITIVO que tem a sua sede em Curitiba.

Foram analisados um total de 20 livros, do primeiro ao quinto ano do EF são quatro livros para cada ano que é dividido em bimestres com disciplinas integradas.

Participaram da pesquisa 03 diretoras, 10 professores, 01 bibliotecária, uma coordenadora, presidente do Conselho Municipal da Educação, e a ex-secretária de Educação. Professores e diretores, mais a bibliotecária e a coordenadora foram unânimes a apontarem as

dificuldades na adaptação deste material que os seus conteúdos não vêm de acordo com a realidade do município. Como podemos observar nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Representações dos livros didáticos do primeiro ano,
1º-4º vol.

Categorias de análises	
Desenho dos Enunciados	Personagens Brancos: 33
	Personagens Pretos: 0
Fotos/Pinturas	Personagens Brancos: 46
	Personagens Pretos: 02
	Mistura de Personagens: 0 2
Chamada das Matérias	Personagens Brancos: 66
	Personagens Pretos: 20
Personagens dos Livros	Personagens Brancos: 246
	Personagens Pretos: 41
Material de Apoio	Personagens Brancos: 46
	Personagens Pretos: 04

Fonte: o autor

Quadro 2 – Representações dos livros do segundo ano,
1º-4º vol.

Categorias de análises	
Desenho dos Enunciados	Personagens Brancos: 33
	Personagens Pretos: 09
Fotos/Pinturas	Personagens Brancos: 73
	Personagens Pretos: 09
	Personagens Pretos subalternos: 06
	Personagens Misturados: 07
Chamada das Matérias	Personagens Brancos: 150
	Personagens Pretos: 60
Personagens dos Livros	Personagens Brancos: 257
	Personagens Pretos: 51
Matérias de Apoio	Personagens Brancos: 20
	Personagens Pretos: 13

Fonte: o autor

Quadro 3 – Quadro de Representações dos livros do segundo ano,
1^o-4^o vol.

Categorias de análises	
Desenho dos Enunciados	Personagens Brancos: 37
	Personagens Pretos: 05
Fotos/Pinturas	Personagens Brancos: 47
	Personagens Pretos: 08
	Personagens Pretos subalternos: 13
	Personagens Misturados: 02
Chamada das Matérias	Personagens Brancos: 190
	Personagens Pretos: 50
Personagens dos Livros	Personagens Brancos: 320
	Personagens Pretos: 70
Materiais de Apoio	Personagens Brancos: 17
	Personagens Pretos: 07

Fonte: o autor

Quadro 4 – Quadro de representações dos livros didáticos do terceiro ano, 1^o-4^o vol.

Categorias de análises	
Desenho dos Enunciados	Personagens Brancos: 80
	Personagens Pretos: 14
Fotos/Pinturas	Personagens Brancos: 98
	Personagens Pretos: 11
	Personagens Pretos subalternos: 09
Chamada das Matérias	Personagens Brancos: 307
	Personagens Pretos: 79
Personagens dos Livros	Personagens Brancos: 240
	Personagens Pretos: 85
Material de Apoio	Personagens Brancos: 57
	Personagens Pretos: 08

Fonte: o autor

Quadro 5 – Quadro de representações dos livros didáticos do quarto ano, 1º-4º vol.

Categorias de análises	
Desenho dos Enunciados	Personagens Brancos: 98
	Personagens Pretos: 17
Fotos/Pinturas	Personagens Brancos: 59
	Personagens Pretos: 09
	Personagens Pretos subalternos: 10
Chamada das Matérias	Personagens Brancos: 209
	Personagens Pretos: 56
Personagens dos Livros	Personagens Brancos: 290
	Personagens Pretos: 59
Material de Apoio	Personagens Brancos: 48
	Personagens Pretos: 07

Fonte: o autor

Quadro 6 – Quadro final de representações dos livros didáticos do 1º ao 5º ano

Categorias de análises	
Desenho dos Enunciados	Personagens Brancos: 281
	Personagens Pretos: 45
Fotos/Pinturas	Personagens Brancos: 323
	Personagens Pretos: 39
	Personagens Misturados: 11
	Personagens Pretos subalternos: 38
Chamada das Matérias	Personagens Brancos: 922
	Personagens Pretos: 265
Personagens dos Livros	Personagens Brancos: 1353
	Personagens Pretos: 306
Material do Apoio	Personagens Brancos: 188
	Personagens Pretos: 39
Totais Personagens Brancos Incluindo Todas as Categorias de Análise:	Três mil e Sessenta e Sete (3067)
Totais Personagens Pretos Incluindo Todas as Categorias de Análise:	Setecentos e Trinta e Dois (732)

Fonte: o autor

De acordo com análises apresentadas nos quadros acima, os negros nem chegam a um quarto de números que os brancos ocupam nos livros do município, em termos de representação.

[...] segundo o Censo 2010 do IBGE, São Francisco do Conde é considerado o município brasileiro de maior população negra declarada (mais de 90% se autodeclarou negros ou pardos). É a cidade brasileira com maior produto interno bruto per capita. [...] (INSTITUTO..., 2013, p.1)

Uma cidade com esta porcentagem de negros merecia uma representatividade mais visível e notada da sua população nos LD. Mas recebe o conteúdo com os seus LD totalmente embranquecido, que não vem de acordo com a realidade do município. Vamos destacar algumas imagens extraídas destes livros.

Figura 1 - Crianças organizadas



Fonte: Rosinaldo J. Lages (2009)

Como podemos observar na figura acima, oito crianças brancas com apenas uma criança negra no meio. Parecem estar numa fila organizada por ordem de altura. Este tipo de imagem vem reforçar o que estavas a debruçar nos parágrafos acima, a composição da população negra de SFC que recebe o conteúdo do seu LD embranquecido.

A figura a seguir nos apresenta a realidade do Brasil. À exclusão dos negros nos espaços que são ocupados majoritariamente pelos brancos. Exemplo: Poder Executivo, Legislativo, Judicial, Universidades, Mídia, Escolas, Grandes Empresas etc.

Figura 2 – Ambiente escolar



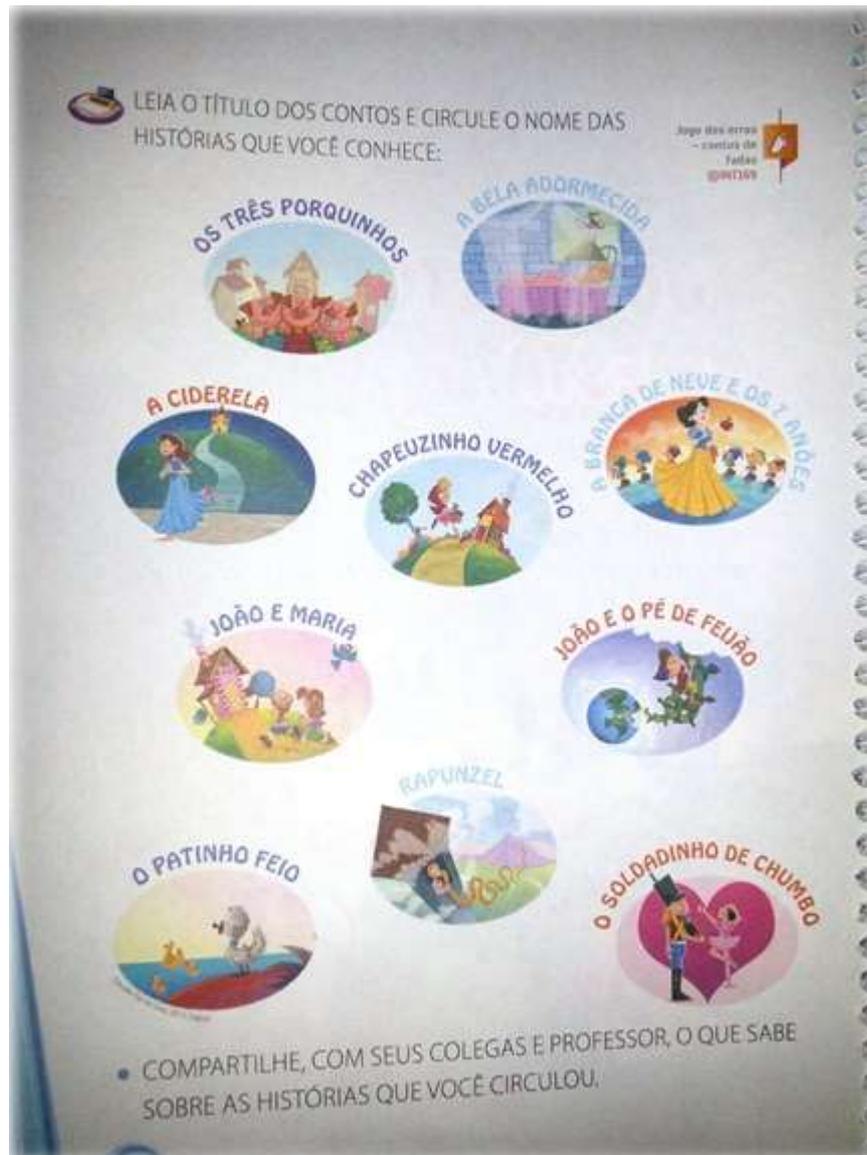
Fonte: Flaper (2012)

Os negros brasileiros não têm a mesma oportunidade e privilégios que os brancos desfrutam.

O problema racial brasileiro, referente aos afro-brasileiros, pode ser visto a partir de dois aspectos. O primeiro refere-se à ideia, bastante espalhada, de que o Brasil é um “paraíso racial”, ou, em expressões mais recentes, uma “democracia racial”. O segundo aspecto considera que o Brasil é uma sociedade “plurirracial”, em contraste com a sociedade “bi racial” dos Estados Unidos. (STREIDER, 2001, p. 20).

Estes dois aspectos acima citados é a ideia de que o Brasil vende para o mundo lá fora, da vivência em harmonia de todas as raças presentes na construção na nacionalidade brasileira, mas a realidade vivida dentro do país é totalmente diferente. Entre estas raças existe uma tremenda desigualdade social, econômico etc.

Figura 3 – Histórias que você conhece



Fonte: Estúdio de Cera (2014)

Na imagem acima percebemos que, são figuradas somente as lendas clássicas deixando de lado os folclores da cidade destaque a nega maluca e entre outros. Dessa forma a exclusão destes folclores torna-se visível dando mais ênfase para as lendas clássicas, que traz na sua bagagem o imaginário de castelos com reis, rainhas, príncipes e princesas brancas.

Figura 4 – Vulcões mais incríveis do mundo

Discutindo informações

Vulcões são montanhas que expõem ou já expeliram gases, fogo ou lavas.
Observe, no quadro a seguir, as características de alguns vulcões.

Nome	País	Altitude	Curiosidade
 Arenal	Costa Rica	1 670 m	As primeiras erupções de que se tem conhecimento datam de 7 000 anos atrás.
 Osorno	Chile	2 652 m	Vulcão ativo localizado na região de Los Lagos, famoso por parecer com o Monte Fuji, no Japão.
 Kilimanjaro	África	5 895 m	O descongelamento em sua capa de gelo é um dos principais indicadores do aquecimento global.
 Monte Fuji	Japão	3 776 m	Tem a forma cônica e pode ser visto de quase todas as províncias do Japão.
 Monte Santa Helena	Estados Unidos	2 550 m	A 160 km de Seattle, o vulcão representa Loowit, jovem que, segundo lendas indígenas, causou discórdia entre deuses.
 Cotopaxi	Equador	5 911 m	Tem a forma cônica. Historicamente, suas erupções mais violentas datam de 1744, 1768 e 1877.
 Tongariro	Nova Zelândia	1 978 m	Pertence a um complexo vulcânico na Ilha Norte com mais de uma dúzia de cones.

CN10. Os vulcões mais incríveis do mundo. Disponível em: <<http://www.wovodat.org/precursor/index-unrest.php>>. Acesso em: 28 mar, 2012.

Fonte: CN10 (2012)

Na imagem acima podemos observar nome de montanhas, países em que se encontram suas respectivas altitudes e curiosidades. Onde se encontra o problema nesta imagem? Veja no terceiro quadro, onde se encontra o monte Kilimanjaro, o nome do país em que ele se encontra é a África. África não é um país, África é um continente.

A África é o segundo continente mais populoso do planeta, com um contingente populacional que, em 2005, somava mais de 1 bilhão de pessoas. [...] Os africanos falam em torno de mil línguas. Entre as línguas oficiais mais faladas estão o árabe, o

inglês, o francês, o português e o swahili. [...] A maioria dos habitantes do continente segue o cristianismo, o islamismo e as religiões tradicionais africanas. A percentagem de cristãos é maior no sul e de islamistas no norte. Existem ainda adeptos do budismo, hinduísmo e outras religiões, como a fê baha'i. [...] O primeiro Estado africano foi o Egito, formado há mais de 5000 anos atrás. [...] Acredite, a universidade mais antiga do mundo não é nenhuma universidade europeia. A mais antiga é a Karueein, no Marrocos, fundada em 859. [...] **A mais alta montanha da África é o Monte Kilimanjaro, na fronteira entre o Quênia e a Tanzânia, com quase 5 895 metros de altitude.** (O maior deserto do mundo é o deserto do Saara, no norte da África, cuja área total é de aproximadamente 9 065 000 quilômetros quadrados, tamanho equiparado ao da Europa) (TRINTA..., 2015).

Percebe-se que a localização correta do monte “Kilimanjaro na fronteira entre o Quênia e a Tanzânia, com quase 5 895 metros de altitude” no continente africano. É “urgente” a remodelação dos conteúdos existentes nos LD de SFC. Informações deste género só alimentam os estereótipos existentes há muito tempo para com o continente africano.

2 SEGUNDO CAPÍTULO

2.1 CONCEITOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Santos (2011) analisa algumas considerações etimológicas e filosóficas do conceito de representação social. O autor garante que a palavra representação é “oriundo do vocábulo representaere cujo significado é tornar presente ou apresentar de novo”. Mas adiante podemos observar a “expansão deste termo nos séculos XIII e XIV quando se diz que o papa e os cardeais representam a pessoa de Cristo e dos apóstolos”.

Assim, a partir deste momento, o termo representação, passa a significar também “retratar”, “figurar” ou “delinear”. O termo passa a ser aplicado a objetos inanimados que “ocupam o lugar de” ou correspondem a “algo ou alguém”. Além disso, significa “produzir uma peça”. Na teoria política, o conceito de representação é encontrado pela primeira vez em 1651, em O Leviatã de Thomas Hobbes (SANTOS, 2011, p. 19).

Percebe-se que este termo ganhou novos significados e o seu uso se tornou mais comum. Por outro lado, Gustavo Blázquez (2000, p. 170 apud SANTOS, 2011, p. 30):

Escreve que nos dicionários de língua portuguesa o significado de representação é construído em torno de quatro eixos: 1) A representação é “o ato ou efeito de tornar presente”, “patentear”, “significar algo ou alguém ausente”; 2) A representação é “a imagem ou o desenho que representa um objeto ou um fato”; 3) A representação é “a interpretação, ou a performance, através da qual a coisa ausente se apresenta como coisa presente”; 4) A representação é “o aparato inerente a um cargo, ao status

social”, “a qualidade indispensável ou recomendável que alguém deve ter para exercer esse cargo”; a representação também se torna “posição social elevada”.

Com a compreensão de diferentes definições deste conceito, podemos perceber a tamanha complexidade de encontrar uma definição certa para o nosso parecer. Outro autor também que aborda esta questão é o Roger Chartier (2011) no seu trabalho, *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*. O autor começa por fazer uma crítica epistemológica dizendo que “se enfatizarmos demais as representações coletivas ou individuais, nos afastaríamos da ‘realidade histórica pura e simples’”. Sustentando esta crítica fazendo uma citação ao Cárcel.

[...] as representações sempre substituem os mitos históricos ao conhecimento historiográfico e, portanto, submetem os cidadãos da atualidade aos prejuízos e manipulações dos atores do passado. Nesse sentido, as representações do passado construídas ao longo do tempo “nos fizeram seus protagonistas” (CHARTIER, 2011, p. 1).

Percebe-se que estas representações podem ser duvidosas, e ao mesmo tempo é possível fazer um bom proveito do mesmo. O autor nos faz recuar no tempo, nos anos de 1690, ano em que o Furetière publicava o dicionário da língua francesa que divide a palavra representação nas duas famílias contraditórias:

O primeiro é definido da seguinte maneira: “Representação: imagem que remete à ideia e à memória os objetos ausentes, e que nos apresenta tais como são”. Nesse primeiro sentido, a representação nos permite ver o “objeto ausente” (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma “imagem” capaz de representá-lo adequadamente. Representar, portanto, é fazer conhecer as coisas mediadamente pela “pintura de um objeto”, “pelas palavras e gestos”, “por algumas figuras, por algumas marcas” – tais como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar, no sentido político e jurídico, é também “ocupar o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade”[...]. Uma segunda significação nos dicionários franceses do século XVII: “Representação, diz-se, no Palácio, como a exibição de algo”, o que introduz a definição de “representar” como “comparecer pessoalmente e exibir as coisas”. A representação é aqui a demonstração de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. É a coisa ou a pessoa mesma que constitui sua própria representação (CHARTIER, 2011, p. 17).

Destas duas famílias de palavra representação apresentado por Roger Chartier (2011) da mesma forma que a primeira definição preocupa em trazer algo para mostrar, e do igual modo que a definição posterior também se preocupa com a presença de um objeto ou a pessoa de uma forma diferente. Mas adiante ele faz uma ligação destes dois pareceres “à primeira, a ausência da pessoa ou coisa representada e, a segunda, sua exibição por ela mesma”.

Chartier (2011) fala da noção de representação e de representatividade trazendo uma diferenciação entre o testemunho e o documento. No desenrolar dos factos a opinião de testemunho pode alterar ou distorcer o fato do ocorrido ao passo que o documento é considerado como novo conhecimento que pode trazer a verdade átona. E ele conclui o seu texto dizendo:

Somente juntas, escrita, explicação compreensiva e prova documental, são capazes de credenciar à pretensão de verdade do discurso histórico. “Somente o movimento de remissão da arte de escrever às ‘técnicas de investigação’ e aos ‘procedimentos críticos’ é capaz de conduzir o protesto ao patamar de um atestado crítico” (CHARTIER, 2011, p. 28).

Sob o mesmo ponto de vista, estes três fatores acima citadas, são bastante fundamentais, para a veracidade de um fato histórico. Crusoé (2004) no seu trabalho intitulado, a Teoria das Representações Sociais em Moscovici e a sua importância para a Pesquisa em Educação, afirma que o primeiro teórico a falar das representações sociais como representações coletivas foi o sociólogo Émile Durkheim diferencia o pensamento social do individual. Durkheim faz uma distinção entre o estudo das representações individuais e o estudo das representações coletivas. Para ele o estudo das representações individuais seria do domínio da psicologia, e o estudo das representações coletivas ficaria a cargo da sociologia. O fundamento de tal distinção estava na crença, por parte desse teórico, de que as leis que explicavam os fenômenos sociais eram diferentes das leis que explicavam os fenômenos individuais (FARR, 1995, p. 35 apud CRUSOÉ, 2004, p. 105-114).

Diante disso podemos concluir que existe a diferença entre as representações individuais e as coletivas, que são vistas e tratadas de formas diferentes.

Segundo Crusoé (2004):

[...] Um dos aspectos advogados por Moscovici é a existência de um conhecimento de senso comum, que permite explicar determinadas práticas. Tal conhecimento é visto por ele como um conhecimento verdadeiro, e não como um disfuncionamento do conhecimento científico. A grande questão é que esse conhecimento de senso comum, por ser um conhecimento circunscrito, se diferencia do conhecimento científico, que busca a generalização e a operacionalização. [...] (MAIA, 1997, apud CRUSOÉ, 2004, p. 105-114).

No entanto, seguindo este raciocínio podemos assegurar que Moscovici (CRUSOÉ, 2004) qualifica o conhecimento do senso comum, como um conhecimento limitado, ao passo que o saber científico opera de uma maneira mais geral. Crusoé (2004) faz uma observação importante em apontar uma das preocupações no estudo das representações sociais. “À

discussão do senso comum no ambiente acadêmico que, em geral, é visto com suspeição ou descrédito, mesmo estando no cerne de algumas das mais importantes descobertas da humanidade”. Mesmo sendo verdadeiro, mas por sua natureza, ele levanta algumas dúvidas.

[...] o senso comum, “com sua inocência, suas técnicas, suas ilusões, seus arquétipos e estratégias”, comporta uma série de informações e impressões significativas quando se procura um referencial acerca de determinado tipo de conhecimento, e ressalta: “o volume inflacionado de conhecimentos e realidades indiretas sobrepuja de todos os lados o volume cada vez mais limitado dos conhecimentos e realidades diretas (MOSCOVICI, 1978, p. 20-21 apud CRUSÓE, 2004).

Estas duas formas de saberes permitem a averiguação “sobre a realidade educacional, numa perspectiva que contempla a compreensão do individual/social, enquanto elementos que só podem existir em sua inter-relação”. E mais adiante podemos observar nas considerações finais do autor que:

[...] Durante certo tempo, o conhecimento popular foi silenciado na escola. Ora, toda sociedade, segundo Moscovici está permeada por esse conhecimento que ele denominou de representação social. Será que a escola é um espaço de puro de saber científico? Estamos certos que não. O professor, o aluno como atores de uma sociedade em movimento, carregam consigo um saber que se constrói no dia a dia, tanto social, familiar, quanto profissional. [...] (MAIA, 2001, p. 85 apud CRUSÓE, 2004, p. 105-114).

Dessa maneira percebe-se que o conhecimento do senso comum não teve o mesmo tratamento com o saber científico. O autor conclui o seu texto afirmando “que a representação social permite ao sujeito interpretar o mundo, facilita a comunicação, orienta as ações e comportamentos” as contribuições da RS não se limita por ai, ele também, facilita na interação entre os sujeitos e a compreensão dos aspectos da sociedade. Por outro lado, Moraes et al. (2014) apresenta outra finalidade da RS que é de tornar mais próximo algo incógnito, como forma de descobrirmos, e denominarmos fatos existentes que são admitidos no meio social. “Tal processo permite a compreensão, manipulação e interiorização do novo, juntando-o a valores, ideias e teorias já assimiladas, preexistentes e aceitas pela sociedade.”

Sendo assim esta teoria é uma opção para o esclarecimento das formas sociais que possuem características semelhantes nos comportamentos de certos grupos de pessoas. Precisarmos ser cuidadosos com as RS, porque às vezes não explicam à realidade tal como ela é, mas sim, sustentam uma moral que estrutura a sociedade. Segundo Patrícia Regina de Moraes, seria precoce assumir a RS como verdades científicas porque estaríamos a diminuir a realidade ao parecer da impressão que os teóricos sociais têm dela.

Nesse sentido, as representações sociais são consideradas por Moscovici, ao mesmo tempo, ilusórias, contraditórias e verdadeiras, e entendidas, por ele, como ponto de partida para se analisar as ações sociais, como também, para a ação pedagógica, pois retratam uma possível realidade das pessoas que as representam. (MORAES et al., 2014, p. 20).

Sob esse mesmo ponto de vista a RS não é indubitável, desse modo ela pode ser duvidosa e questionada, por outro lado existe também uma parcela dela que pode ser acreditada e entendida porque mostra um suposto fato dos indivíduos representados.

Segundo Moraes et al. (2014), as pessoas explanam sobre fatos, conhecimentos e objetos de maneiras diferentes, construindo eles “por meio do conhecimento cotidiano, do senso comum, os homens veiculam e compartilham ideias, pensamentos, dando nova forma ao conhecimento científico”. Dessa maneira Moscovici, declara que “o senso comum necessita ser revigorado porque revela nosso modo de pensar e agir, suas implicações locais e globais, justamente porque se apropria do conhecimento científico e o torna comum [...]”. Diante disso, estas duas formas de saber precisam ser averiguados da mesma forma para apurar suas validações, para que possam ser úteis e aproveitados no dia a dia.

No entanto, o conhecimento do senso comum não se contrapõe ao conhecimento científico. Trata-se apenas de outra ordem de conhecimento da realidade, de uma forma de saber diferenciado tanto no que se refere a sua elaboração como na sua função (MORAES et al., 2014, p. 20).

Sob o mesmo ponto de vista, estas duas formas de conhecimento não entram em conflito de maneira alguma, podemos afirmar que são duas linhas paralelas do corrente de conhecimentos diferentes.

2.2 UM OLHAR CRÍTICO, SOBRE REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os Livros didáticos devem merecer a nossa atenção, porque, os primeiros contatos que as nossas crianças vão ter com a escrita, são através deles, por isso os pais e encarregados de educação das crianças devem avaliar que tipo de livro que o seu filho está estudando, e que tipo de conhecimento este livro está trazendo para o seu filho. Muitas das vezes estes livros são vistas como verdades absolutas, mas muitos deles estão carregados de discriminação, preconceito, estereótipos, e racismo contra o negro que é o foco desta pesquisa.

Um artigo publicado no UOL Economia (NEGROS..., 2015), afirma que: “maior segmento do mercado editorial é o de livros didáticos autores de livros para escolas são os que

mais vendem no país” livros estes que são distribuídos para os alunos de diferentes séries da escola pública em grande quantidade, através do programa do governo, aos estados e municípios do país. “O mercado de livros didáticos é tão bom que não é à toa que grandes editoras de hoje foram fundadas por ex-professores, que começaram escrevendo apostilas para cursinhos e viram que era um bom negócio”, pelo lucro que este mercado oferece, precisamos ter livros didáticos livres de discriminação, preconceito, estereótipos, e racismo contra o negro, LD que estariam na altura de apresentar todas as raças humanas da mesma forma.

Geralmente os livros didáticos são vistos como livros de índoles pedagógicos, ao passo que “os livros paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos e, dessa forma, serem eficientes do ponto de vista pedagógico”. Foram atribuídos este nome porque são utilizadas de formas paralelas e não substituem os didáticos.

Frison et al. (2009) reconhecem a dificuldade de encontrar uma definição concreta sobre o LD por isso recorre ao conceito de Gérard e Roegiers:

Definem o livro didático como “um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia”. Entretanto, sua utilização assume importância diferenciada de acordo com as condições, lugares e situações em que é produzido e utilizado nos diferentes âmbitos escolares (GÉRARD; ROEGIERS, 1998, p. 19 apud FRISON et al., 2009, p. 4).

Entende-se que os conteúdos de LD são produzidos por alguma finalidade, dependendo da sua utilidade. Como afirma o autor, o interesse pelo LD “começou com a Legislação do Livro Didático, criada em 1938 pelo Decreto-Lei 1.006” (ROMANATTO, 2009 apud FRISON et al., 2009, p. 2).

Nesse período o livro era considerado uma ferramenta da educação política e ideológica, sendo caracterizado o Estado como censor no uso desse material didático. Os professores faziam as escolhas dos livros a partir de uma lista pré-determinada na base dessa regulamentação legal, Art. 208, Inciso VII da Constituição Federal do Brasil, em que fica definido que o Livro Didático e o Dicionário da Língua Portuguesa são um direito constitucional do educando brasileiro (NÚÑEZ et al., 2006 apud FRISON et al., 2009, p. 4).

O LD sempre esteve presente no avanço do sistema educativo brasileiro, “no entanto, a realidade da maioria das escolas, mostra que o livro didático tem sido praticamente o único instrumento de apoio do professor e que se constitui numa importante fonte de estudo e pesquisa para os estudantes”, diante disso os docentes devem fazer uma boa escolha dos LD

que depois serão usados na sala de aula. Mas adiante a autora aponta as contribuições dos LD na compreensão dos conteúdos escolares:

Com o livro didático tiramos nossas dúvidas e esclarecemos a explicação dos professores; ele ajuda no nosso estudo e a entender melhor a matéria; os livros didáticos têm que ler, procurar e se esforçar, tendo assim um desempenho maior nos estudos; nos livros didáticos há várias informações interessantes e novas; ele faz parte do nosso dia-a-dia escolar; ele nos auxilia a entender melhor os conteúdos; seria muito mais difícil estudar sem ele; imagine só escrever todos aqueles textos enormes; ele desenvolve criatividade e é importante na elaboração dos trabalhos; o livro didático nos dá ensino e educação gratuitos; são uma doação do governo, dando a oportunidade de estudar para quem não tem acesso a outro material de pesquisa como a internet (EE12 apud FRISON et al., 2009 p. 4).

O Ld pode ser bem aproveitado, nas condições acima citadas. Mas devemos ser bem cautelosos e analisar certas informações que contém nele. Não devemos olhar para ele como verdade absoluta, mas devemos questionar, pesquisar e buscar a veracidade de alguns conteúdos que ele nos apresenta.

Farias et al. (2011) asseguram que o povo brasileiro é conhecido como um povo hospitaleiro e caloroso. Estas são uma das virtudes que o povo brasileiro ostenta no mundo lá fora, mas quando se fala de “racismo e discriminação, a realidade tem mostrado que essa “cordialidade” sofre algumas interferências, capazes de manipular, ou pelo menos mascarar, fatos e acontecimentos históricos relevantes para um povo e sua conscientização” nesta ordem de ideia podemos citar a existência do mito da democracia racial no Brasil, de que todas as raças têm a mesma oportunidade, que é uma mera “ilusão” no cotidiano dos brasileiros.

Segundo reportagem do site UOL Economia (NEGROS..., 2015), “negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos” através deste dados podemos afirmar que existe uma tremenda desigualdade, em termos da distribuição de rendas no país. Vamos refugiar um pouco na história para entender a chegada e a trajetória dos negros. Miguel Lima ([2010?]), no seu trabalho intitulado a trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro garante que:

[...] aproximadamente na década de 1690, as regiões de Angola e de Costa da Mina forneceram escravos para o Brasil. Os provenientes da Costa da Mina se destinaram em especial à Bahia, enquanto que os que vieram de Angola foram localizados na região do Rio de Janeiro. No século XIX, foram exportados para o Atlântico, aproximadamente 3,5 milhões de escravos.

Os Negros já chegavam aqui, em condições de pessoas escravizadas “na primeira metade do século XX a região Centro Ocidental da África exportou 1,5 milhão, tendo a triste

marca de ser o maior fornecedor de cativos”. Encontramos um dado interessante no livro uma história do negro no Brasil que diz o seguinte:

No início do século XIX, o Brasil tinha uma população de 3.818.000 pessoas, das quais 1.930.000 eram escravas. Em algumas partes do Brasil, o número de escravos chegou a superar o número de pessoas livres. Em 1872, no município de Campinas, São Paulo, então grande produtor de café a população escrava era de 13.685 pessoas, enquanto a livre era de 8.281 pessoas. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 88).

Foram grandes números de pessoas, que foram obrigados a deixarem as suas terras “a média de escravos em todos os porões dos navios negreiros eram de 440 pessoas”. Com o passar do tempo, os escravos foram obrigados a trabalharem por horas e horas infinitas sem nenhuma recompensa, passaram por anos e anos de sofrimentos, violências, eram tratados como animais, objetos etc. Mas adiante “a decantada abolição da escravatura não conseguiu livrar os negros da discriminação racial e suas consequências, tais como, a exclusão e a miséria”.

O abandono intelectual e econômico aos negros recém-libertados foi um ponto crucial para o aparecimento das favelas, da subcultura, da pobreza trazendo a eles o desencanto com a 19 liberdade. As inquietações com relação às senzalas se perpetuaram no que se refere a favelas. Como traduz a frase contida no samba enredo da Mangueira de 1988: “Livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela (SILVA, 1988 apud LIMA, 2010, p. 19).

A raiz da discriminação já vinha ao longo dos séculos, os negros sempre foram inferiorizados em relação aos brancos, não tinham e até nos dias de hoje, continuam a não ter a mesma oportunidade que os brancos possuem neste país. Por isso são os mais pobres, os favela-dos, “os criminosos” os mais discriminados na sociedade brasileira. Voltando ao cenário da representação do negro nos LD o decreto-lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938 que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático, no seu capítulo IV das causas que impedem a autorização do LD no seu art. 20 proíbe o seguinte:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional; b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação; c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais; d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria; e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira; f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões; g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras; h) que desperte ou alimente a

oposição e a luta entre as classes sociais; i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa; j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais; k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana (BRASIL, 1938).

No entanto este decreto lei, em nenhuma das suas alíneas deixa de forma bem explícita a proibição de uso dos LD que contenham conteúdos de racismo, preconceito, discriminação e estereótipos contra a população negra do país. Antônia Eunice de Jesus do Nascimento na sua pesquisa denominada, Educação e Preconceito Racial no Brasil: Discriminação no Ambiente Escolar declara que “o preconceito racial constitui-se em um grave problema existente nos dias atuais, presente em toda a sociedade, de um modo geral e consequentemente o espaço educativo não está ausente desse processo [...]” Por ser um tema complexo de se tratar, ninguém se assume em ser uma pessoa preconceituosa.

Mas adiante a autora traz uma serie de frases que são usadas com o intuito de ridicularizar os negros, conhecidas como ditos populares:

[...] “negão” e piadas de “preto”, fazem parte do nosso cotidiano e são vistas como algo “comum” nas expressões do coletivo brasileiro, são elas: “Só pode ser negro”, “negro de alma branca”, “negro é a sujeira do mundo”, “é negro, mas presta”, “negro é igual a urubu só presta longe”, “negro fede a macaco”, “coisa ta preta”, “negro só é gente quando está no banheiro”, “negro quando não suja na entrada, suja na saída”, entre outras (NASCIMENTO, 1981, p. 4).

Estas expressões são comuns, e o seu uso é frequente em diferentes momentos com o intuito de discriminar os negros em detrimento dos brancos. SILVA (2008) afirma que “o livro didático continua produzindo e veiculando um discurso racista” esta informação nos coloca num desafio muito grande que é de combater os conteúdos racistas que vem nos livros didáticos, por isso é preciso que todos se interessem e se envolvam de forma ativa para o combate deste flagelo.

Segundo o autor, por outro lado:

O livro didático é compreendido como produção midiática e que exerce papel, ao todo ou em parte, não somente para a difusão e reprodução de racismo gerado em outras instâncias, mas também para a produção e sustentação do discurso racista no cotidiano brasileiro. Formas simbólicas não são meras representações da realidade, elas são constitutivas da realidade social, servindo não somente para sustentar relações de dominação, mas também para criá-las ativamente (TCHOMPSON, 1995 apud SILVA, 2007, p. 4).

Entende-se que o LD é fundamental na produção e reprodução de conceitos que sustentam o racismo e preconceito. Mas adiante o autor “assinala consistentemente, que os textos e ilustrações dos livros didáticos brasileiros apresentam padrão de discriminação baseado na supremacia dos brancos em detrimento dos negros (e indígenas)” (ROSEMBERG, BAZILLI; SILVA, 2003, p. 130-131 apud SILVA, 2007, p. 4).

A escolha do material de pesquisa - livros didáticos destinados ao ensino fundamental - deve-se ao fato de que, no espaço da sala de aula, ainda é o material de ensino-aprendizagem mais utilizado, dada a caracterizada carência de outros recursos didáticos em nossas escolas, sobretudo nas do setor público (ORÍÁ, 1996, p. 155).

Percebe-se que o uso deste recurso é fundamental no aprendizado dos alunos, porem ele tem “contribuído para difundir e perpetuar determinadas ideias, valores, preconceitos, estereótipos e visões deturpadas, fazendo, assim, ”a cabeça" de nossos alunos e, até mesmo, dos professores”.

Assim, o livro didático atua como difusor de preconceitos. O índio é visto como 'selvagem', desconhecendo o 'progresso', 'nu e enfeitado com cocares'; a mulher é valorizada enquanto mãe, doméstica, ou bordadeira, costureira, babá. Igualmente o caboclo brasileiro é desvalorizado, qualificado de 'caipira' pejorativamente. Isso ocorre com muitos movimentos sindicais ou políticos onde o trabalhador comum, por não conhecer o 'jargão' dos 'chefes', é visto como 'massa atrasada' (ORÍÁ, 1996, p. 156).

Por outro lado, o negro é quase sempre citado no passado. Até parece que os negros não evoluíram com o tempo, quando o LD fala do negro, remete automaticamente ao período de escravidão com o objetivo de inferiorizar como o autor salienta que: “são raros os livros que mostram o negro como sujeito de sua própria história” é importante que aconteça uma mudança no que se refere na produção dos conteúdos didáticos.

Ricardo Oriá (1996) afirma que “livros didáticos faz com que a criança negra não se identifique com a escola de padrões eurocêntricos e ocidentais, que ignora a riqueza de sua identidade étnica cultural” que é uma realidade que podemos encontrar em diferentes municípios do Estado da Bahia, e principalmente aqui em São Francisco do Conde. Onde as maiorias dos professores entrevistados nesta pesquisa asseguram que os conteúdos didáticos não vêm de acordo com a realidade do município, ou seja, as crianças não se sintam representados nos livros, até porque estes conteúdos são produzidos em Florianópolis que tem toda a diferença étnica cultural com o Estado da Bahia.

Mais adiante o autor faz uma lista da representatividade dos negros no LD:

Em síntese, o negro, de modo geral, é representado no livro didático da seguinte forma: - negro associado a preguiçoso, a mau, a animal, a feio, a favelado, a incapaz., a louco, a palhaço; - negro exercendo atividades inferiores da nossa sociedade; - negro caricaturado; - negro resignado; - negro humilhado pelo branco; - negro apresentado como objeto, sem nomenclatura (apelidado), sem família e origem; - estereótipos explícitos em relação ao negro nos textos; - depreciação da cultura e do aspecto físico do negro; - agressão verbal ao negro; - total ausência do negro em vários livros; - negro como minoria; - negro em último lugar; - ausência de pai e mãe negros (ORÍ, 1996, p. 161).

Estas representações reforçam cada vez mais, a discriminação, o preconceito, os estereótipos, e racismo. Vale a pena citar a conclusão que o Ricardo finaliza o seu trabalho citando Santos, Joel Rufino, “A Questão do Negro na Sala de Aula”:

Se por um lado, a escola e os livros didáticos constituem instrumentos difusores do preconceito racial contra o negro e outros segmentos étnico-culturais, eles podem, também, transformar-se numa poderosa instância social de denúncia contra o racismo em nosso País [...] (SANTOS, 1990 apud ORÍ, 1996, p. 162).

Isto seria um caminho ideal a seguir, para a superação destes males que vem assolando a sociedade brasileira há muito tempo. Esta mesma sociedade que recebe o mito da democracia racial, que jamais aceitaria a existência do racismo. “Os livros didáticos e de literatura infantil contribuem para afirmação do padrão eurocêntrico reproduzindo imagens e histórias negativas da população negra” (LIMA, 2005, p. 103 apud LOPES; MESQUITA FILHO, 2011).

Munanga (2005, p. 16): [...] todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana [...].

Percebe-se que o lugar da fala não pertence ao negro, por isso facilmente a história dele pode ser, manipulada, estereotipada e estigmatizada, colocando-o no lugar do “Outro” aquele que não pertence a este meio. A Chimamanda Ngozi Adichie numa de suas palestras denominada “O perigo de uma única história”, ela começa por narrar uma história da sua vida quando vivia na Nigéria a sua infância, fase de adolescência, e quando já se tornava uma jovem que conseguiu uma bolsa de estudos para os Estados Unidos de América, quando tinha apenas 19 anos de idade.

Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando eu disse que, por acaso, a Nigéria tinha o inglês como sua língua oficial. Ela perguntou se podia ouvir o que ela chamou de minha "música tribal" e, conseqüentemente, ficou muito desapontada quando eu toquei minha fita da Mariah Carey. Ela presumiu que eu não sabia como usar um fogão (NGOZI, 2010).

Acrescentou que ela “tinha uma única história sobre a África. Uma única história de catástrofe. Nessa única história não havia possibilidade de os africanos serem iguais a ela, de jeito nenhum”, ou seja, ela não possuía outra informação ou conhecimento além daquilo que sabia através das medias. Ela Tinha um conhecimento muito limitado em relação ao continente africano. Autora faz uma chamada de atenção em relação à criação de uma única história “mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará” infelizmente a história do negro foi mostrada, e escrita de uma forma estereotipada, e são vistos como são apresentados, salvo há alguns pesquisadores com mentes abertas que procuram mais informações para o enriquecimento do seu intelecto que não vê a história do negro como um só.

De acordo com a Ana Celia “os estereótipos geram os preconceitos, que se constituem em um juízo prévio a uma ausência de real conhecimento do outro”, ou seja, os julgamentos que as pessoas fazem, antes de ter o conhecimento verdadeiro sobre o outro.

3 TERCEIRO CAPÍTULO

3.1 A LEI 10.639/2003 CONTRIBUIU NA TRANSFORMAÇÃO DOS CONTEÚDOS DIDÁTICOS?

Com a assinatura da lei Áurea em 1888, pela princesa Isabel os negros escravizados ganharam a liberdade, deixaram de ter “utilidade” e passaram a ser um “obstáculo” para a sociedade brasileira, especialmente com a chegada dos imigrantes europeus. “Mesmo antes da República Velha, a ”mistura racial” era considerado um atraso para a nação, com muitos teóricos, no final do século XIX” defendiam que o retrocesso do Brasil estava veiculado a este fato afirmam Pereira e Silva (2012).

Dessa forma o negro não tinha outra escolha, a não ser criar o seu próprio caminho, para resistir e afirmar a sua identidade diante das barreiras criadas pela sociedade discriminatória. O historiador Petrônio Domingues (2007) no seu artigo intitulado “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, expõe: “a trajetória do movimento negro organizado durante a República (1889-2000), com as etapas, os atores e suas propostas”. Salientado que este movimento sempre criou estratégias de luta a favor da população negra.

[...] Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural [...] (DOMINGUES, 2007, p. 101).

“Na Primeira fase do Movimento Negro organizado na República (1889-1937): da Primeira República ao Estado Novo, um ano após a abolição da escravatura foi proclamada a República do Brasil em 1889”. E o novo sistema político nem se quer levou interesse em proteger os elementos que compõem a cultura e a representação negra, estes foram marginalizados, em detrimento dos elementos da cultura egocêntrica.

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Para que negros possam ter o seu espaço na sociedade, mas adiante na segunda fase do “Movimento Negro organizado na República (1945-1964): da Segunda República à ditadura militar Os anos de vigência do Estado Novo (1937-1945) foram caracterizados por violenta repressão política, inviabilizando qualquer movimento contestatário”. Depois da queda da ditadura do presidente Vargas o movimento ressurgiu na cena política brasileira com a Fundação da União de Homens de Cor ou Uagacê em Janeiro de 1943.

Esta segunda fase foi marcada também com a fundação de “Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança”.

E a Terceira fase do “Movimento Negro organizado na República (1978-2000): do início do processo de redemocratização à República Nova. O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros”. Mas o movimento sempre manteve firme em suas ideologias.

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Podemos observar neste plano de ação de 1982 do MNU a defesa do ensino da história da África e do Negro (afro-brasileira) nos currículos escolares do país, este objetivo só foi

alcançado anos depois, no formato da criação de uma lei que torna obrigatória o ensino de cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares das escolas públicas e privadas. O MNU se reafricanizou com conquistas importantes como a adoção do dia 20 de Novembro como o dia da consciência negra e “para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país”.

Na quarta fase do Movimento Negro organizado na República (2000 - ?): uma hipótese interpretativa, o autor indica a entrada da cultura hip hop no cenário do MNU e o define como “um movimento popular, que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais”.

O hip-hop expressa a rebeldia da juventude afro-descendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro; seus adeptos procuram resgatar a autoestima do negro, com campanhas do tipo: Negro Sim!, Negro 100%, bem como difundem o estilo sonoro rap, música cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade. E para se diferenciar do movimento negro tradicional, seus adeptos estão, cada vez mais, substituindo o uso do termo negro pelo preto. (DOMINGUES, 2007, p. 119).

A longa estrada de luta do MNU pela afirmação da Cultura Africana e Afro-Brasileira, até a criação da lei 10.639/2003 e de diversas políticas sociais não passam de frutos de sementes que foram implantadas e cuidadas há muito tempo.

Foi com base no texto constitucional que o deputado Paulo Paim apresentou à Câmara Federal a proposição de lei que seria o embrião da lei 10.639, projeto encaminhado ao Senado, mas arquivado em 1995, certamente por questões políticas e burocráticas, consideradas na ocasião mais importantes que o contexto das relações étnico-raciais na educação (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 6).

Nesta senda fica claro de como é que as questões relacionadas ao negro recebe um tratamento diferenciado até ao ponto da lei 10.639 seja arquivada, em detrimento das outras, consideradas mais “importantes”. Por outro lado com o trabalho árduo de alguns políticos, incluindo a pressão de MNU:

A referida lei recebe seu primeiro grande impulso, com a aprovação, em março de 1999, do Projeto de Lei nº 259, formulado pelos então deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi: estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática História e Cultura Afro-Brasileira. O projeto, no artigo primeiro, justifica a intenção de reconhecer a luta dos negros no Brasil na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição (XAVIER; DORNELLES, 2009 apud PEREIRA; SILVA, 2012, p. 6).

Vale lembrar que a aprovação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDN) e a Criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997 são antecessores da lei 10.639/03.

[...] A lei 10.639 foi aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003, pelo presidente Lula, em cumprimento de uma promessa de campanha do então candidato, que, na época de campanha, havia assumido compromissos públicos de apoio à luta da população negra (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 7).

A promulgação deste importante instrumento, que teve no decorrer dos tempos e ainda tem um papel fundamental para a transformação do currículo escolar, que possa englobar todos os povos e culturas que formaram a sociedade brasileira. No seu artigo vigésimo sexto ela propõe:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornase obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003).

A criação da lei 10.639/03 e a sua promulgação constitui um grande passo para a revolução dos conteúdos didáticos no ensino brasileiro. Sabemos que existem muitas dificuldades para com o seu cumprimento. No Brasil o preconceito começa na infância, onde a criança é exposta a literatura infantil de referências egocêntricas, onde em seus contos de fadas mais populares não existem princesas ou heróis negros. [...] (SILVA, 2009 apud SOUSA; JESUS; CRUZ, 2012). Deste modo as crianças negras não se identifiquem com os conteúdos que estão expostos a elas, e muita das vezes isso as leva a pensar ou “acreditar” na existência de único padrão de beleza a branca.

De acordo com Fiabani (2012):

Em praticamente todo o Brasil, os cursos de História foram constituídos com currículos que não comportavam a cadeira de História da África. No antigo modelo de universidade, os conhecimentos sobre o continente africano eram apresentados juntamente com os demais conteúdos, muitas vezes, de forma equivocada ou estereotipada. Por muito tempo, a África foi representada como o lugar dos escravos, da fome, dos conflitos étnicos, da pobreza (FIABANI, 2012, p. 1).

Entende-se que os profissionais na área de história não receberam uma preparação qualificada para enfrentar esta temática “o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do ensino fundamental e médio” visto que os conteúdos utilizados em suas formações antes de promulgação da lei 10.639 são de bases eurocêntricas, isto apresenta uma dificuldade enorme para a aplicabilidade da mesma. Por outro lado Elocir Guedes et al faz importantes observações nesta linha de pensamento.

[...] Quais temas são relevantes no que diz respeito a História Africana e sua contribuição para a formação social, cultural e econômica para o Brasil; como fazer essa abordagem tratando o assunto com a devida importância e não somente ligando a etnia negra à questão da escravidão, como a historiografia tradicional fazia até alguns anos atrás, faz parte das inquietações dos professores. Porém, devemos nos perguntar até que ponto a criação dessa lei e sua implementação nas escolas têm o respaldo e o apoio das políticas educacionais que regem a educação no Brasil quando se trata de dar suporte aos professores (GUEDES; NUNES; ANDRADE, 2013, p. 424).

Estas observações nos levam a pensar que tipo de modelo do ensino de história africana e afro-brasileira, pode ser ensinado as nossas crianças e adolescentes nas escolas do ensino fundamental e médio, sem cair no antigo modelo eurocêntrico que o sistema educativo já se encontra viciado se na verdade queremos uma democratização do ensino. Com a dificuldade que os profissionais da educação se deparam perante este assunto, é importante que “o estudo e a pesquisa são requisitos fundamentais para adquirirmos essa familiaridade e aprofundar o estudo sobre a África” (SOUZA, 2012, p. 23 apud GUEDES; NUNES; ANDRADE, 2013).

É nesse contexto que em muitas escolas brasileiras, tanto de ensino fundamental quanto médio, a lei 10639/03 não é muitas vezes aplicada de fato, pois há um despreparo de alguns professores sobre o assunto, ou existe uma falta de interesse da própria escola em levar adiante o tema, voltando-se apenas para comemorações de datas como o dia da “Consciência Negra” ou “13 de Maio”, não refletindo sobre o real significado destas datas, perdendo-se, assim, a oportunidade de instigar os alunos sobre o tema (GUEDES; NUNES; ANDRADE, 2013, p. 425).

Percebe-se que em muitas das vezes, em várias instituições escolares o uso da lei ganha um pequeno valor nas datas acima citadas, deixando de lado o verdadeiro objetivo da sua promulgação. Na verdade “sabemos que somente uma Lei não irá mudar a realidade do país, mas o silêncio que reinou durante décadas dentro da Escola sobre a questão do negro, também não resultou em mudanças” por isso devemos fazer valer o cumprimento deste importante instrumento na esperança que aconteça uma mudança do sistema educativo. Do mesmo modo que o Maurício Pedro da Silva faz um importante comentário em seu artigo

intitulado Novas diretrizes curriculares para o estudo da História e da cultura afro-brasileira e Africana: a lei 10.639/03 que diz o seguinte:

Em relação ao ensino fundamental e médio, o alcance da referida lei sugere, antes de tudo, a adoção de uma política educacional voltada à valorização da história, da cultura e da identidade da população afrodescendente; à implementação de uma política curricular que apóie o combate ao racismo e à discriminação, por meio da produção de conhecimentos, da formação de atitudes e posturas voltadas para a valorização do negro; à instituição de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade e superação da desigualdade étnico-racial, e ao incentivo de práticas pedagógicas voltadas para um relacionamento étnico-racial positivo, como forma de combate ao racismo e à discriminação (SILVA, 2007, p. 44).

O autor nos adverte sobre a adoção de uma política que seja eficaz de ir ao encontro do cumprimento de demandas que a lei expõe, e a necessidade de transformação dos conteúdos didáticos que possam representar os negros de uma forma positiva superando assim o racismo, preconceito e estereótipos que os negros são alvos. Desta maneira “a lei 10.639 é, sem dúvida, uma prática pública de inclusão e ação afirmativa e, ao mesmo tempo, resultado de um intenso movimento de luta antirracista no Brasil” (SANTOS, 2005 apud SILVA, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o propósito da realização deste trabalho é necessário que haja uma mudança na produção dos conteúdos dos LD que são usadas nas escolas públicas do Ensino Fundamental em da cidade. É importante que haja uma participação efetiva dos professores e coordenadores na produção de novos conteúdos dos LD junto da Editora POSITIVO para o município. Uma vez que os conteúdos produzidos pela Editora não vem de acordo com a realidade da cidade, salvo a capa e o hino que se encontra no verso do livro. Estes LD passam uma imagem da superioridade dos brancos em relação aos negros, como podemos constatar nos quadros acima de representação. Numa cidade que a maioria de população é negra (autodeclarada) não faz sentido ensinar as crianças com um conjunto de LD que elas não conseguem se identificar por ter uma pouca representatividade dos negros.

Sabemos que a importância dos LD no ensino e aprendizagem das crianças é muito importante, porque ele oferece os primeiros contatos com a leitura e a descoberta de um mundo novo. Através deles são passados o primeiro conhecimento das coisas por isso deveu

avaliar que tipo de LD, que conteúdos os mesmos oferecem para o ensinamento do meu filho infelizmente “os textos e ilustrações dos livros didáticos brasileiros apresentam padrão de discriminação baseado na supremacia dos brancos em detrimento dos negros (e indígenas)” (SILVA, 2007, p. 4).

Munanga (2005, p. 16) afirma que “os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana”, ou seja, geralmente o lugar da fala não pertence o negro, dessa forma facilmente a história dele pode ser estar munido de racismo, preconceito e discriminações.

Portanto a aprovação da lei 10.639/2003 que propõe “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional” surgiu na necessidade de afirmação da cultura e identidade do povo negro. Dessa forma o aprofundamento do estudo de temas deste gênero é fundamental para denunciar e combater a forma como os negros são representados nos LD.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história**. 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em: 15. Jan 2017.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <<http://acbantu.org.br/img/Pdfs/livro03.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2017.
- BANDEIRA, Andreia; STANGE, Carlos Eduardo Bittencourt; SANTOS, Julio Murilo Trevas dos. Uma proposta de critérios para análise de livros didáticos de ciencias naturais na educação básica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 3., 2012, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: SINECT, 2012. Disponível em: <<http://www.sinect.com.br/anais2012/html/artigos/ensino%20cie/6.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BRASIL. Congresso. **Decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Brasília, DF, 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- _____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2016.
- CN10. [Vulcões mais incríveis do mundo]. In: **ENSINO fundamental I, 4º ano, 4º volume**. Curitiba: Positivo, 2012.
- CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em Educação. **Aprender: cad. de Filosofia e Pisc. da Educação, Vitória da Conquista**, v. 2, n. 2, p. 105-114, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3792/pdf_121>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- ESTÚDIO DE CERA. [Histórias que você conhece]. In: **ENSINO fundamental, 1º ano – Áreas – 4º volume**. Curitiba: Positivo, 2014.
- FARIAS, Kellis Coelho; FERREIRA, Aparecida de Jesus. Representações de raça/etnia no discurso escrito do livro didático de língua inglesa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. 3., 2011, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2011. Disponível em: <<http://www.isapg.com.br/2011/ciepg/download.php?id=55>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

FIABANI, Aldemir. A África na sala de aula: formação de professores através da extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 5., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0173-5/Sumario/4.1.6.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

FLAPER. [Ambiente escolar]. In: **ENSINO fundamental, 4º ano, 3º volume**. Curitiba: Positivo, 2012.

FRISON, Marli Dallagnol et al. Livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de Ciências Naturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiencpec/pdfs/425.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programas**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 2, n. 5, ago. 2013. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/205/159>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

INSTITUTO AFRO-BRASILEIRO DE ESTABILIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA. **São Francisco do Conde se destaca na implantação de ações afirmativas**. 2013. Disponível em: <<http://iabepe2.blogspot.com.br/2013/03/sao-francisco-do-conde-se-destaca-na.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LAGES, Rosinaldo J. [Crianças organizadas]. In: **ENSINO fundamental, 1º ano D – 1º volume**. Curitiba: Positivo, 2009.

LIMA, Miguel. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro**. [2010?]. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_monografia.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2017.

LOPES, Naiane Rufino Lopes; MESQUITA FILHO, Julio de. Literatura infantil e a presença da criança negra: uma análise dos livros de literatura infantil recomendados pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) de 2010. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 10., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2011. Disponível em: <http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/trabalhos/UNESP_MARILIA_229.567.678-95_trabalho.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Paradidáticos. In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**: Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/paradidaticos>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

MORAES, Patrícia Regina de et al. A teoria das representações. **Direito em foco**, Amparo, 2014. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/teoria_representacoes.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus do. Educação e preconceito racial no Brasil: discriminação no ambiente escolar. In: PESQUISA EM EDUCAÇÃO: DESENVOLVIMENTO, ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 5., 2010, Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/183382702/Educacao-e-Preconceito-Racial-No-Brasil-Discriminacao-No-Ambiente-Escolar>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

NEGROS representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. **UOL Economia**, [S. l.], 2015. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

ORÍÁ Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. **Textos de História**: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 154-165, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5790/4798>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício. Percurso da Lei 10.639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, Santa Maria, v. 14, jan./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810>> Acesso em 20 jan. 2017.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE. [**Portal da Prefeitura de São Francisco do Conde**]. São Francisco do Conde, 2017. Disponível em: <<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

ROSA, Carine Pedroso da; RIBAS, Lizemara Costa; BARAZZUTTI, Milene. Análise de livros didáticos. In: ESCOLA DE INVERNO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 3., 2012, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ceem/eiemat/Anais/arquivos/RE/RE_2_Rosa_Carine_Pedroso.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito da representação. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 27-53, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974>> Acesso em: 30 nov. 2016.

SILVA, Maurício Pedro da. Novas diretrizes curriculares para o estudo da História e da cultura afro-brasileira e Africana: a lei 10.639/03. **EccoS**: Revista Científica, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.pedagogiagm.unir.br/downloads/5251_novas_diretrizes_curriculares_para_o_estudo_da_historia_e_da_cultura_afro_brasileira_e_africana_lei_10.639_2003.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2017.

SILVA, Paulo V. B. Personagens negros e brancos em livros didáticos de língua portuguesa. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1808--Int.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SOUSA, Manoel Messias de; JESUS, Maria de Fatima de; CRUZ, Tatiane dos Santos. História e cultura afro-brasileira na escola: lei 10.639/03. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, Lagarto, v. 7, set. 2012. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Historia_e_Cultura_AfroBrasileira_na_Escola.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

STREIDER, Inacio. **Democracia racial**: a partir de Gilberto Freyre. 2001. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf15_artigo10001.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

TRINTA informações e dados curiosos sobre a África. 2015. Disponível em: <<http://www.maiscuriosidade.com.br/30-informacoes-e-dados-curiosos-sobre-a-africa>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Campus de São Francisco do Conde (BA) é inaugurado nesta segunda-feira (12)**. 2014. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/05/09/campus-de-sao-francisco-do-conde-ba-e-inaugurado-nesta-segunda-feira-12/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.